

RICARDO FERRAZ

OS PLANOS DE FOMENTO DO ESTADO NOVO

Quantificação e Análise

Prefácio

NUNO VALÉRIO

Posfácio

ADRIANO MOREIRA



EDIÇÕES SÍLABO

*Conhecer o nosso passado contribui para
construir um futuro melhor para os que
já cá estão e para aqueles que ainda estão
para chegar*

*A todos os que se orgulham da nossa
História e que sonham com um futuro
melhor para o nosso magnífico País*

OS PLANOS DE FOMENTO DO ESTADO NOVO

Quantificação e Análise

RICARDO FERRAZ

Prefácio

NUNO VALÉRIO

Posfácio

ADRIANO MOREIRA

EDIÇÕES SÍLABO

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio gráfico, eletrónico ou mecânico, inclusive fotocópia, este livro. As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor. Não participe ou encoraje a pirataria eletrónica de materiais protegidos. O seu apoio aos direitos dos autores será apreciado.

Visite a Silabo na rede
www.silabo.pt

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. no âmbito do projeto UIDB/04521/2020.

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

FICHA TÉCNICA:

Título: Os Planos de Fomento do Estado Novo – Quantificação e Análise

Autor: Ricardo Ferraz

© Edições Silabo, Lda.

Capa: Pedro Mota

1ª Edição – Lisboa, janeiro de 2022.

Impressão e acabamentos: ARTIPOL – Artes Tipográficas, Lda.

Depósito Legal: 493987/22

ISBN: 978-989-561-209-3

 **EDIÇÕES SÍLABO, Lda.**
Publicamos conhecimento

Editor: Manuel Robalo

R. Cidade de Manchester, 2

1170-100 Lisboa

Tel.: 218130345

e-mail: silabo@silabo.pt

www.silabo.pt

Índice

Nota prévia e agradecimentos	7
Sobre este livro	9
Prefácio	13
Introdução	17
Capítulo 1 – Enquadramento – O planeamento no Estado Novo	21
Capítulo 2 – Planos de Fomento – Análises individuais ...	29
2.1. I Plano de Fomento, 1953-1958	31
2.1.1. Enquadramento: Processo legislativo do I Plano	31
2.1.2. Síntese da execução financeira do I Plano	34
2.2. II Plano de Fomento, 1959-1964	39
2.2.1. Enquadramento: Processo legislativo do II Plano	39
2.2.2. Síntese da execução financeira do II Plano	42
2.3. Plano Intercalar de Fomento, 1965-1967	47
2.3.1. Enquadramento: Processo legislativo do Plano Intercalar	47
2.3.2. Síntese de execução financeira do Plano Intercalar	50
2.4. III Plano de Fomento, 1968-1973	59
2.4.1. Enquadramento: Processo legislativo do III Plano	59
2.4.2. Síntese da execução financeira do III Plano	62

2.5. IV Plano de Fomento, 1974-1979.....	74
2.5.1. Enquadramento: Processo legislativo do IV Plano de Fomento.....	74
2.5.2. Síntese da execução financeira do IV Plano.....	77
Capítulo 3 – Planos de Fomento – Análise global.....	79
3.1. Processo legislativo dos Planos de Fomento.....	81
3.2. Estrutura e conteúdo dos Planos de Fomento.....	82
3.3. Síntese da execução financeira dos Planos de Fomento.....	85
Capítulo 4 – Conclusões.....	97
Posfácio – Entre a Guerra Mundial e a Revolução de 1974.....	103
Anexos.....	105
Índice de quadros e figuras.....	129
Referências.....	133

Nota prévia e agradecimentos

Ao mesmo tempo que desempenhei funções de assessor parlamentar na Assembleia da República acompanhando os principais assuntos económicos e financeiros do País, realizei o meu primeiro pós-doutoramento no centro de investigação GHES/CSG/ISEG da Universidade de Lisboa. O objetivo da investigação foi quantificar as despesas com os investimentos dos Planos de Fomento implementados pelo regime de Salazar e Caetano, tendo tal implicado a identificação e a análise de um vasto conjunto de documentação que se encontra disperso por bibliotecas e arquivos, bem como o tratamento e conciliação de importantes dados históricos.

A minha primeira publicação sobre este tema aconteceu no ano de 2020 em forma de artigo na revista da Associação de História Económica Espanhola intitulada *Investigaciones de Historia Economica/ /Economic History Research* onde dei a conhecer, de forma resumida, os resultados mais importantes a que cheguei.

Agora, com este livro, revelo, de forma pormenorizada e revista, toda a minha investigação que inclui uma análise exaustiva de cada um dos planos.

Não obstante o caráter individual deste trabalho, quero destacar aqui o interesse e o apoio de um conjunto de pessoas e de instituições que foram importantes na sua concretização. Assim:

Ao Professor Nuno Valério, coordenador científico do GHES que supervisionou o meu projeto e que aceitou o desafio de redigir o Prefácio, estou grato pelo extraordinário apoio e por todas as importantes sugestões.

Às bibliotecas da Assembleia da República e do ISEG, ao Instituto Camões e também à Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de

Ministros o meu agradecimento pelo acesso a fontes de informação fundamentais para a minha investigação.

Ao Professor Joaquim Miranda Sarmento e ao Professor Pedro Neves agradeço os comentários e também ao GHES o apoio concedido.

Ao Dr. Manuel Robalo, editor das Edições Sílabo que, mais uma vez, reconheceu o valor das minhas investigações.

Ao Professor Adriano Moreira – História viva de Portugal – o meu profundo agradecimento pela gentileza e generosidade que manifestou ao aceitar escrever o Posfácio.

Ricardo Ferraz

Dezembro de 2021

Sobre este livro

O livro que o leitor tem agora em mãos, intitulado *Os Planos de Fomento do Estado Novo* da autoria do Professor Ricardo Ferraz, é uma obra de grande valor académico e de elevado rigor e qualidade.

O autor tem-se distinguido na área da História Económica, sobretudo focada no Portugal do Século XX. Destaco as obras *Grande Guerra e Guerra Colonial – Custos para os Cofres Portugueses*, publicado pela Silabo; o artigo «The Sustainability of Portuguese Fiscal Policy in the Period of the Estado Novo, 1933-1974» publicado na revista académica *The Journal of European Economic History*; o artigo «The Portuguese Military Expenditure from a Historical Perspective», publicado na *Defence and Peace Economics* (Taylor & Francis) e mais recentemente o artigo «The Financial Costs of The Portuguese Colonial War, 1961-1974: Analysis and Applied Study», publicado no *Journal of Iberian and Latin American Economic History* (Cambridge University Press). O autor é pois já uma referência do estudo da história económica de Portugal no século XX e merece ser lido com toda a atenção.

Este livro aborda assim um instrumento essencial na compreensão da política económica (mas também social) do Estado Novo: os Planos de Fomento.

O autor começa por fazer um enquadramento da questão do planeamento ao longo de todo o período do Estado Novo (que começa oficialmente com a Constituição de 1933, mas que se pode considerar também tendo a sua génese no 28 de maio de 1926 e sobretudo na segunda chegada do Dr. Oliveira Salazar a ministro das finanças – a primeira, logo após o 28 de maio, durou poucos dias – e depois a presidente do conselho), mas com natural ênfase no período pós-saneamento financeiro e sobretudo no período pós 1945, em que Portugal tem o período de maior (e mais prolongado) crescimento económico

da sua história, e que é interrompido em 1973, com o 1.º choque petrolífero, que lança as economias ocidentais numa recessão económica severa.

De seguida o autor analisa cada um dos Planos de Fomento (num total de cinco, embora o último tenha sido o IV Plano de Fomento, dado a existência de um plano intercalar, entre 1965 e 67). Em cada um dos Planos de Fomento, a análise divide-se entre o contexto histórico, a cronologia da elaboração e aprovação, o processo legislativo, bem como de uma muito útil síntese de execução financeira.

A este elevado detalhe e rigor na descrição dos Planos de Fomento segue-se uma análise global destes cinco Planos, detalhada e suportada em números e análises técnicas fundamentadas. Saliente-se a análise por setores, as fontes de financiamento, assim como uma divisão entre a Metrópole e o Ultramar, extremamente útil para compreender o contexto histórico dos anos 50 e 60. Adicionalmente, o contexto da guerra em África é introduzido, exatamente pelo impacto nas decisões tomadas durante o período entre 1961 e 1974.

Cabe-me agradecer o convite para escrever este breve comentário e felicitar o Ricardo Ferraz por mais esta obra relevante para o estudo e conhecimento de um período importante da história de Portugal, o Estado Novo. Que continue a prestigiar a Academia Portuguesa e a contribuir para um cada vez maior e melhor conhecimento do nosso passado, para que se possam tomar melhores decisões no futuro.

Joaquim Miranda Sarmiento

Professor Auxiliar com Agregação do ISEG – Lisbon School
of Economics & Management, Universidade de Lisboa

Numa altura em que se está a iniciar um ciclo de grandes investimentos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, é levado à estampa este livro que resultou do trabalho realizado pelo Ricardo Ferraz durante o seu primeiro período pós-doutoral no seio do Gabinete de História Económica e Social do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa.

O foco da investigação foram os Planos de Fomento que o Estado Novo lançou no terceiro quartel do século XX e que, como o autor refere, são um tema incontornável na história económica do Portugal contemporâneo. A academia há muito que sublinhou a importante contribuição dos investimentos associados a esses planos para o crescimento e alteração estrutural que ocorreram na economia portuguesa durante aquelas décadas.

Com este trabalho, o autor pretendeu avançar no sentido da quantificação do grau de execução dos investimentos previstos e das diferentes fontes de financiamentos que os tornaram possíveis, permitindo, assim, uma análise do impacto dos planos que não se restringisse aos montantes que estavam inicialmente orçamentados.

O resultado reflete um grande esforço de agregação e uniformização de material disperso em diferentes fontes, levado a cabo com o rigor que o Ricardo Ferraz coloca nos seus trabalhos, e proporciona uma imagem de conjunto de vários planos que se diferenciam entre si pela sua génese e estrutura.

O grande volume de informação sistematizada, que é fornecida ao longo do texto e nos anexos, suscita várias linhas de inquirição para futuras investigações. Por exemplo, são agora conhecidas as diferenças que, no decorrer da vigência de cada um dos planos, se verificaram entre os valores orçamentados e os que foram efetivamente despendidos. Este novo conhecimento abre o caminho para questionar sobre temáticas ainda não devidamente investigadas, como sejam a dinâmica da execução dos planos e as circunstâncias que estiveram na base de grandes alterações ao que inicialmente estava planeado.

Pedro Neves

Professor Auxiliar do ISEG – Lisbon School
of Economics & Management, Universidade de Lisboa

Prefácio

A doutrina socialista apresentou desde o século 19 um ideal de planificação racional da vida económica em contraste com a anarquia de funcionamento do sistema capitalista. Contudo, a primeira concretização dessa planificação ocorreu no século 20 fora desse contexto, como resultado das necessidades de mobilização e gestão de recursos criadas pela Primeira Guerra Mundial. Abandonada no pós-guerra no ambiente de 'retorno à normalidade' (capitalista) então vivido, foi naturalmente retomada pelas experiências socialistas no período entre as duas guerras mundiais, quer na versão da planificação imperativa integral da vida económica experimentada pela União Soviética a partir de finais da década de 1920, quer na versão de planificação imperativa da atividade de um setor público alargado e planificação indicativa do setor privado experimentada pelas experiências social-democratas, especialmente na década seguinte em resposta às sequelas da Grande Depressão. Foi igualmente retomada pelas experiências autoritárias geralmente classificadas de direita, particularmente na Alemanha governada pelo Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães a partir de 1933. É nesse contexto que se deve compreender o primeiro esforço de sistematização do investimento público em Portugal, através da denominada Lei de Reconstituição Económica, que vigorou entre 1936 e 1950.

A Segunda Guerra Mundial suscitou necessidades de controle e planificação da vida económica pelos poderes públicos idênticas às verificadas durante a Primeira Guerra Mundial. E, no segundo pós-guerra, a prática da planificação imperativa integral da vida económica foi mantida nas economias socialistas de direção central, agora em muito maior número, e a prática da planificação imperativa da atividade de um setor público alargado e planificação indicativa do setor privado foi mantida com naturalidade para o processo de reconstrução, tornando-

-se paradigmático o exemplo da França. Uma vez mais é nesse contexto que se deve compreender a experiência portuguesa de enquadramento da generalidade do investimento público pelos denominados Planos de Fomento, que gradualmente procuraram também enquadrar indicativamente o investimento privado de maior tomo e a evolução económica em geral. Entre 1953 e 1974 sucederam-se o I Plano de Fomento (1953-1958), o II Plano de Fomento (1959-1964), o Plano Intercalar de Fomento (1965-1967), o III Plano de Fomento (1968-1973) e o IV Plano de Fomento (1974-1979), este último na prática quase não aplicado.

Em meados da década de 1970, verificou-se uma viragem profunda não só da evolução estrutural e conjuntural da economia mundial, mas também da forma de encarar a planificação da vida económica. Foi então que se iniciou o processo de abandono da planificação como enquadramento da vida e mesmo da política económica, primeiro nas economias capitalistas de mercado, depois mesmo nas economias socialistas de direção central, que deixaram de o ser em finais da década de 1980. Por um curto período, Portugal pareceu evoluir ao arrepio desta tendência, ao consagrar a obrigatoriedade de uma planificação de escopo bastante vasto na primeira versão da Constituição de 1976. Porém, nem esse projeto foi efetivamente implementado (apenas foram elaborados um plano anual para 1977 e um plano de médio prazo para 1977-1980, nunca verdadeiramente aplicados), nem o país se manteve a partir do final da década em contracorrente das tendências gerais. Rapidamente apenas ficou como lembrança da planificação económica a aprovação anual de Grandes Opções do Plano associada à aprovação do Orçamento do Estado e, enquadrado neste, o chamado PIDDAC (Plano de Investimentos e Despesas da Administração Central).

Alvo de natural atenção pública aquando da sua apresentação pelo Governo e aprovação pela Assembleia Nacional e naturalmente de alguma propaganda da sua execução ao longo da sua vigência e após a sua conclusão, os Planos de Fomento nunca foram, porém, objeto de uma avaliação sistemática da realização dos investimentos previstos e do seu impacto na evolução económica do país. É essa lacuna que o trabalho realizado por Ricardo Ferraz em período de pós-doutoramento no Gabinete de História Económica e Social do Instituto Super-

rior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa e agora publicado contribui decisivamente para preencher.

Encontram-se neste trabalho os elementos necessários para fazer um balanço da execução dos Planos de Fomento e uma avaliação do seu impacto na evolução económica não só de Portugal propriamente dito, como também das diversas parcelas do seu Império Colonial, onde foram realizados investimentos comparativamente vultuosos. Trata-se, portanto, de um estudo fundamental para a história económica de um conjunto significativo de economias nacionais ao longo de um terceiro quartel do século 20 que foi caracterizado pelas mais elevadas taxas de crescimento jamais alcançadas pela economia mundial. Estudo que se augura que o autor e outros estudiosos possam futuramente continuar e aprofundar.

Nuno Valério

Professor Catedrático do ISEG – Lisbon School
of Economics & Management, Universidade de Lisboa

Introdução

«Entre finais da década de 1940 e princípios da de 1970, a economia portuguesa viveu um quarto de século de crescimento ininterrupto e começou a encurtar a distância que a separava dos países mais desenvolvidos (...)».

Eugénia Mata e Nuno Valério, *História Económica de Portugal: Uma Perspectiva Global*, (Mata e Valério, 2003, p. 200).

Após a Segunda Guerra Mundial, a economia portuguesa destacou-se numa conjuntura internacional extremamente favorável que ficou conhecida como «Golden Age». Entre 1950 e 1973, o Produto Interno Bruto (PIB) português mais do que triplicou em termos reais tendo crescido, em média, a 5,7% ao ano, enquanto a economia mundial cresceu a 4,9% nesse mesmo período (Maddison, 2003, p. 260).

Nessa altura, Portugal sofreu um forte processo de industrialização tendo a indústria registado o desempenho mais favorável com um ritmo de crescimento de 7,6% ao ano, ao passo que no setor dos serviços o valor foi de 6,0% e no da agricultura de 1,3% (Costa *et al.*, 2011, p. 414). Foi, aliás, na década de sessenta que o valor da produção industrial conseguiu superar, pela primeira vez, o da produção agrícola. Portugal tornou-se assim num país industrial no seio da Europa Ocidental (Lains, 1994, pp. 931-932).

Na literatura é possível identificar duas razões fundamentais para o desempenho de Portugal: (1) A relativa liberalização e integração da economia portuguesa na economia mundial, o que permitiu um aumento

significativo do seu grau de abertura ao exterior¹; (2) A política económica que foi direcionada para a promoção do crescimento da economia²

Foi precisamente nesse período que os dirigentes do Estado Novo (1933-1974) implementaram os designados Planos de Fomento: I Plano de Fomento (1953-1958); II Plano de Fomento (1959-1964); Plano Intercalar de Fomento (1965-1967); III Plano de Fomento (1968-1973).

Como mencionado por Mata e Valério (2003, p. 210), ainda «*foi preparado um Quarto Plano de Fomento para os anos de 1974 a 1979, mas foi abandonado após a revolução de 1974*», o que, de acordo com Mateus (2013, p. 95), significou «*apenas um ano de execução*».

É possível considerar estas iniciativas como verdadeiras cartas orientadoras da Nação Portuguesa – Metrópole e Ultramar – que marcaram decisivamente a realidade nacional no pós Segunda Guerra Mundial,³ tendo assumido um papel fundamental no estímulo ao crescimento económico dos territórios portugueses através do investimento (público e privado).

Uma parte significativa da execução dos Planos de Fomento ocorreu durante a Guerra Colonial (1961-1974); conflito que significou não apenas a terrível perda de vidas humanas, dolorosos ferimentos e muitos traumatismos e sofrimentos, mas também um pesado fardo para as

(1) Portugal assinou um conjunto de acordos e aderiu a várias instituições internacionais. Exemplos: (1) Membro fundador da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) em 1948 (que deu origem posteriormente à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, OCDE); (2) Membro fundador da OTAN em 1949; (3) Membro da ONU em 1955; (4) Membro fundador da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) em 1960; (5) Membro do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial em 1961 (após aceitar os princípios estabelecidos na Conferência de Bretton Woods); (6) Assinatura do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) em 1962.

(2) Importa referir que Almodovar e Cardoso (1998) identificaram, a partir da década de cinquenta, desenvolvimentos significativos relativos à assimilação da teoria keynesiana em Portugal (necessidade de promover o emprego através de um aumento da procura agregada).

(3) O termo Metrópole englobava o território continental português, a Madeira e os Açores (então designados por Ilhas Adjacentes). O termo «Ultramar» e «províncias ultramarinas» foi adotado após a Segunda Guerra Mundial substituindo o termo «Império Colonial» e «colónias». As províncias ultramarinas eram Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Macau, Timor e Estado da Índia (esta última apenas até 1961).

próprias finanças públicas portuguesas.¹ Com efeito, a partir de 1961, o Estado português procurou combinar os estímulos à atividade económica, nomeadamente através destes planos, com o esforço de guerra nas províncias ultramarinas de Angola, Guiné e Moçambique. Tarefa exigente que acabou por terminar em 1974 com a queda do próprio regime.

Recorrendo a fontes essencialmente primárias apresenta-se neste livro uma proposta de quantificação e análise das despesas de investimento dos Planos de Fomento. Serão assim apresentadas respostas para um conjunto de questões fundamentais: (1) Quanto é que a Nação Portuguesa despendeu com essas iniciativas? (2) Onde é que se investiu mais? Na Metrópole ou no Ultramar? (3) Quais foram os setores que significaram maiores volumes de despesa? (4) Quais foram as suas fontes de financiamento? (5) A preços de hoje e na moeda atual portuguesa (euro), quanto custaram os investimentos efetuados na Metrópole ao abrigo desses planos?

Este trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos. No primeiro, faz-se um enquadramento sobre as origens do planeamento económico no período do Estado Novo. No Capítulo 2, analisa-se a execução financeira de cada um dos Planos de Fomento. No Capítulo 3, aborda-se numa perspetiva global e comparativa o volume de despesas efetuadas com essas iniciativas. No Capítulo 4, são apresentadas as principais conclusões.

(1) Para conhecer mais detalhes acerca do impacto económico e financeiro deste conflito para Portugal, veja-se Ferraz (2017, 2020a,b).

Capítulo 1

Enquadramento

O planeamento no Estado Novo

«Saneadas as finanças públicas, equilibradas sòlidamente as contas, provida com abundância a Tesouraria, entrevista a possibilidade de operações financeiras no mercado interno em condições aceitáveis, sentida a necessidade de actuar com amplitude nos grandes factores de riqueza nacional, o Governo entendeu que era conveniente evitar a dispersão de esforços e de meios e propôs se fixassem ao trabalho da Administração Pública grandes linhas de orientação»

António de Oliveira Salazar, «Relatório do Governo sobre a Execução da Lei nº 1.914, de 24 de Maio de 1935», (Salazar, 1950, p. 6).

Após o período em que o problema financeiro foi praticamente ponto único na agenda de Oliveira Salazar¹ – tendo sido a sua resolução fundamental para erguer e consolidar os pilares do Estado Novo – surgiu a primeira tentativa moderna de programação de investimentos em Portugal para o médio-longo prazo. Através da Lei n.º 1.914 de 24 de maio de 1935 foram estipulados os «*projectos fundamentais a executar no período de quinze anos*»².

Os investimentos previstos encontravam-se desagregados em dois capítulos distintos: (1) Defesa Nacional (exército e marinha de guerra); (2) Reconstituição Económica (setor civil)³. Ao todo, ao abrigo desta Lei, estima-se que o Estado tenha despendido entre 13 milhões de contos e 14 milhões de contos (preços correntes) no período compreendido entre 1936 e 1950⁴. A maior parte deste montante, cerca de 70%, reportou-se a investimentos realizados no âmbito do segundo capítulo.

A importância da Lei de Reconstituição Económica para o aparecimento dos Planos de Fomento encontra-se bem explícita nas intervenções de vários deputados da Assembleia Nacional, no âmbito da discussão do I Plano de Fomento que ocorreu em dezembro de 1952. Alguns exemplos (veja-se Ministério das Finanças e do Ultramar, 1953b):

Deputado Manuel Marques Teixeira, «A Lei de Reconstituição Económica, em cuja execução se gastaram à roda de 14 milhões de contos,

(1) Período que é designado na literatura por «*ditadura financeira*», 1928-1932 (Telo, 1994).

(2) Para uma análise à Lei de Reconstituição Económica, veja-se Nunes e Valério (1983).

(3) A Defesa Nacional incluía: «a) a *reforma geral do exército e seu armamento, fortificações, edifícios e outras obras militares*; b) o *prosseguimento da restauração da marinha de guerra, incluindo, além da aquisição de novas unidades, o que fôr necessário à sua eficiente utilização*». Já a reconstituição económica contemplava: «a) *conclusão das rês de caminhos de ferro e das estradas e construção de aeroportos, sem prejuízo da dotação orçamental estabelecida para estradas*; b) *portos comerciais e de pesca*; c) *rês telegráfica e telefónica*; d) *rêde elétrica nacional*; e) *hidráulica agrícola, irrigação e povoamento interior*; f) *edifícios para escolas*; g) *reparações extraordinárias de monumentos nacionais*; h) *trabalhos de urbanização de Lisboa e Pôrto*; i) *crédito colonial*; j) *outros problemas ou realizações que [interessassem] directamente ao objectivo previsto neste número*» (excerto retirado da Lei n.º 1.914 de 24 de maio de 1935).

(4) O valor mínimo do intervalo consta no relatório sobre a execução desta lei que o Governo enviou à Assembleia Nacional em novembro de 1950 (Governo, 1950, p. 24). Já o valor máximo encontra-se mencionado no I Plano de Fomento publicado em 1953 (Ministério das Finanças e do Ultramar, 1953a, p. 11).



Ricardo Ferraz. É licenciado e mestre em Economia (especialização em Economia do Crescimento e das Políticas Estruturais) e pós-graduado em Economia Social pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC). Doutor em História Económica e Social pela *Lisbon School of Economics & Management* (ISEG) da Universidade de Lisboa com uma dissertação sobre as finanças públicas portuguesas. Realizou ainda o programa *Fast-Track MBA* do IDEFE/ISEG e dois pós-doutoramentos. O primeiro no centro de investigação GHES do consórcio CSG do ISEG. O segundo na FEUC. Os seus trabalhos de investigação centram-se nos domínios das finanças públicas e do crescimento económico. É autor de um conjunto de publicações em revistas científicas internacionais indexadas, capítulos de livros, boletins técnicos e *working papers*. Iniciou a sua atividade profissional como auditor na empresa multinacional Ernst & Young. Desenvolveu atividades no Parlamento Europeu em Bruxelas e desempenhou funções de assessor parlamentar nas áreas da Economia e Finanças na Assembleia da República. É investigador nos centros de investigação GHES/CSG e EIGeS. É também professor convidado na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e no Instituto Politécnico de Coimbra. Ao longo dos últimos anos tem colaborado com o Fórum para a Competitividade. Publicou diversos artigos de opinião na Comunicação Social da especialidade de Economia (*Diário Económico*, *Jornal Económico* e *ECO*).

Após ter estimado as despesas do Estado português com a Primeira Guerra Mundial e com a Guerra Colonial (*Grande Guerra e Guerra Colonial – Custos para os Cofres Portugueses*, Sílabo, 2020), Ricardo Ferraz apresenta agora neste livro uma rigorosa quantificação e análise acerca dos investimentos dos Planos de Fomento (1953-1974) que contribuíram para o período de maior crescimento económico em Portugal.

Quanto é que a Nação Portuguesa despendeu com estas iniciativas? Onde é que se investiu mais? Na Metrópole ou no Ultramar? Quais foram os setores que significaram maiores volumes de despesa? Quais as fontes de financiamento a que se recorreu? A preços de hoje e na moeda atual portuguesa, quanto custaram os investimentos efetuados na Metrópole englobados nestes planos?

Encontre as respostas a estas e outras questões nas páginas deste livro.

ISBN 978-989-561-209-3



9 789895 612093

707